



Esforço garante cumprimento de metas do Judiciário

O secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rubens Curado, apresentou, nesta sexta-feira (26/2), durante o 3º Encontro Nacional do Judiciário, em São Paulo, o balanço final de cumprimento das 10 Metas do Judiciário, estabelecidas em fevereiro do ano passado em conjunto com todos os presidentes de tribunais. Na maioria das metas, o cumprimento superou a marca de 60%. “Estamos muito satisfeitos com o cumprimento das metas. Os tribunais tiveram um excelente desempenho”, destacou o presidente do CNJ, ministro Gilmar Mendes. O ministro lembrou que, a partir de agora, os tribunais devem continuar se esforçando para cumprir na integralidade as metas estipuladas em 2009, além de se engajarem no alcance das novas metas que serão traçadas para este ano durante o 3º Encontro Nacional.

O corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, que também participou da apresentação dos dados, mostrou-se surpreendido com os resultados obtidos pelos tribunais e enfatizou que o mérito é de todo o Judiciário e não do CNJ, que foi coadjuvante no processo, servindo como coordenador dos trabalhos. “As metas foram feitas pelos juízes, pelos tribunais, pelos servidores, pelas associações e a sociedade foi quem recebeu os benefícios”, destacou o ministro Dipp. Segundo ele, o esforço conjunto dos tribunais pelo cumprimento das metas é um exemplo de integração e prestação de contas. “Estamos prestando contas a nós mesmos e à sociedade”, afirmou.

Um dos grandes méritos do esforço conjunto foi, por exemplo, a implantação, por quase a totalidade dos tribunais, do planejamento estratégico plurianual, que definirá as linhas de atuação para os próximos cinco anos, alinhadas com os objetivos estratégicos do Poder Judiciário. De acordo com o balanço final, 98,6% da Meta 1 foi cumprida. “Esse é o primeiro passo para um trabalho de médio e longo prazo no Judiciário brasileiro”, destacou Rubens Curado. A Meta 2, de identificar e julgar todos os processos anteriores a 31 dezembro de 2005, embora não tenha sido cumprida em sua integralidade (60,74%), apresentou um resultado bastante satisfatório, na opinião do ministro Gilmar Mendes, visto que deu vazão a um número significativo de processos antigos (2,7 milhões), além de traçar um diagnóstico do Judiciário nos estados.

A Meta 3, de informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à internet, também foi cumprida quase que em sua integralidade (96,70%). Os tribunais superiores e as Justiças Federal e Militar conseguiram atingir a totalidade do objetivo. “Esse é um trabalho de saneamento básico do Judiciário. Não há, por exemplo, implantar o processo eletrônico se não tivermos todas as varas informatizadas e interligadas, com um eficiente tráfego de informações”, afirmou o secretário-geral do CNJ.

Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos (Meta 4), foi outro dos objetivos atingidos quase que na totalidade (96,30%) pelos tribunais. As cortes superiores e as Justiças Federal, Trabalhista e Militar

conseguiram cumprir a integralidade da Meta 4. A meta 5, por sua vez, de implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias, apresentou um cumprimento de 63,94%. Depois dos tribunais superiores que conseguiram cumprir a meta integralmente, a Justiça Estadual foi a que apresentou melhor desempenho (72,55%).

A capacitação dos administradores de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas (Meta 6) teve um cumprimento de 54,88%. Segundo Rubens Curado, houve um grande avanço em termos de capacitação no Judiciário, mas que não atingiu todos os gestores, muitas vezes por problemas de orçamento.

Os 91 tribunais brasileiros conseguiram ainda cumprir 81,93% da Meta 7 de tornar acessíveis as informações processuais nos seus portais na internet, com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça. Também atingiram 66,66% da Meta 8, que determina o cadastro de todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud). Todos os tribunais, por sua vez implantaram núcleo de controle interno, garantindo o total cumprimento da Meta 9.

A Meta 10, de implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias teve cumprimento de 43,33%.

Nova Meta 2 prevê julgamento de processos distribuídos até 2006

Os presidentes dos tribunais de todo o país aprovaram, nesta sexta-feira (26/2), durante o 3º Encontro Nacional do Judiciário a nova Meta 2 da Justiça brasileira que prevê o julgamento de todos os processos de conhecimento distribuídos nos tribunais, inclusive superiores, até 31 de dezembro de 2006. No caso dos processos trabalhista, eleitoral, militar e do tribunal do júri, os julgamentos devem englobar também os casos distribuídos até dezembro de 2007. No caso do tribunal do júri, a meta está relacionada com a ação estratégica prioritária definida para o Judiciário em 2010 que é a área criminal. Além dessa, os participantes do encontro aprovaram outras quatro ações estratégicas para este ano.

Os presidentes dos tribunais brasileiros escolheram 10 metas para serem cumpridas até o final deste ano. As sugestões foram apresentadas pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, e aprovadas no plenário do Encontro. Entre as metas aprovadas está a Meta 1 que consiste em julgar em 2010 quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos este ano mais uma parcela do estoque acumulado (processos à espera de julgamento), com acompanhamento mensal. O processo judicial compreende os processos de conhecimento, de execução e cautelar. O de conhecimento é aquele em que o juiz avalia o caso concreto e decide qual das partes tem razão.

Os tribunais brasileiros vão se esforçar também para publicar os acórdãos de suas decisões em até 10 dias após o julgamento (Meta 3). Isso pode dar mais agilidade à tramitação dos processos, pois os recursos só

podem ser iniciados após a publicação e, em muitos tribunais, ela leva de meses a anos.

A redução dos gastos é outra prioridade neste ano. A meta 6 determina a redução em, pelo menos, 2% do consumo de energia, telefone, papel, água e combustível. Os presidentes dos tribunais se comprometeram ainda a disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no site dos tribunais, principalmente a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos (Meta 7). Outra meta (Meta 8) visa à capacitação dos magistrados em administração judiciária e a realização de comunicação oficial entre os órgãos do Judiciário por meio eletrônico, no mínimo em 90%. Confira abaixo a relação das metas aprovadas.

No próximo mês, o CNJ promoverá o primeiro workshop do ano para o cumprimento das metas de 2010. “Temos que nos impor a esse tipo de meta para ter mais credibilidade no relacionamento com a sociedade”, disse o presidente do CNJ, ministro Gilmar Mendes.

Ações estratégicas para 2010 - A definição da Justiça criminal como prioridade para este ano e a implantação de juizados especiais de Fazenda Pública estão entre as ações estratégicas do Judiciário para 2010. Além disso, tribunais terão de criar um plano de ação com cronograma para o cumprimento das metas de 2009 que não foram totalmente alcançadas. A divulgação da relação das pessoas (física ou jurídica) que mais ações têm na Justiça e a criação de um centro de capacitação, sob a coordenação do CNJ, para os servidores do Judiciário foram as demais ações aprovadas.
EN/MM - Agência CNJ de Notícias



Metas Prioritárias para 2010

1. Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.
2. Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhista, eleitoral, militar e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.
3. Reduzir a pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009).
4. Lavar e publicar todos os acórdãos em até 10 (dias) após a sessão de julgamento.
5. Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) a pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.
6. Reduzir a pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009).
7. Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.
8. Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino a distância.
9. Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na Capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior.
10. Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem.

TV Justiça lança revista eletrônica de literatura jurídica

A TV Justiça inova com o programa Iluminuras. Lançado com o formato de uma revista eletrônica voltada para a literatura jurídica, o programa reúne as novidades editoriais do setor e muito mais.

No programa desta semana, que vai ao ar hoje (03/03), às 22 horas, você vai conhecer uma obra rara chamada “Lições de Direito Criminal”, de Braz Florentino Henriques de Souza, publicada em 1872. O livro traz uma compilação de diversos trabalhos eruditos desse professor, sob responsabilidade de seu filho, Henriques de Souza. Nela percebe-se a preocupação do autor com o Direito Penal comparado, especialmente o romano, da Inglaterra, da Baviera e da Prússia, além do francês.

Braz Florentino Henriques de Souza nasceu em 1825, foi professor de Direito Civil na Faculdade de Direito de Recife e aclamado nome da área dos estudos criminais durante o Império. Ele morreu com apenas quarenta e

cinco anos e desempenhou um papel crucial na formação do Direito Penal brasileiro.

No quadro Encontro com Autor, você acompanha uma conversa com a doutora em Sociologia e mestre em Filosofia, Ana Liési Thurler, que falará sobre a obra: “Em nome da mãe – O não reconhecimento paterno no Brasil”. “Nós podemos estimar que um número importante de crianças a cada ano fica sem reconhecimento paterno. Inclusive se nós formos comprar com outro país, como por exemplo a França, que tem menos de dois por cento, uma incidência absolutamente aceitável, o Brasil deve ter, é uma estimativa, entre vinte e vinte cinco por cento”, explica.

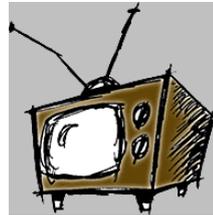
Os livros preferidos do advogado e professor Cristiano Fernandes serão tema de outra reportagem do quadro Ex-Libris. Há 14 anos trabalhando nas áreas empresarial e tributária, o

professor é pós-graduado em Direito Tributário e em Processo Civil, é vice-presidente da Comissão de Precatórios da OAB-DF e professor de Direito Comercial.

O programa mostra também alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias: “Prática Forense Trabalhista”, de Leandro Nascimento Soares, da Editora LTR; “Prova”, de Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart, da Editora Revista dos Tribunais e “Efeitos do Negócio Jurídico Nulo”, de Hamid Charaf Bdine Júnior, da Editora Saraiva.

Serviço: O programa inédito vai ao ar sempre às quartas-feiras pela TV Justiça, às 22 horas. Horários Alternativos: sábados, às 18h, e segundas-feiras, às 13h30. Assista também ao programa Iluminuras no You Tube (www.youtube.com/stf).

Com informações da TV Justiça/Programa Iluminuras.



Mudanças na distribuição de processos na JFES, em abril

A partir de abril, a distribuição de processos da Justiça Federal capixaba na subseção de Vitória sofrerá mudanças. Para melhor atender aos advogados e partes, o recebimento de petições iniciais, o protocolo integrado e a digitalização serão concentrados no Prédio Sede, localizado na Rua São Francisco, 52, Cidade Alta.

Lá serão protocolizadas ações destinadas às Varas Federais Cíveis e de Execução Fiscal e aos Juizados Especiais Federais da capital.

As petições iniciais de processos criminais serão recebidas no Ed. Jerônimo Monteiro, localizado na Av. Getúlio Vargas, 595, Centro, Vitória, pela Seção de Distribuição Cível e Criminal - Sedic, até que as Varas Federais Criminais sejam virtualizadas, o que deve ocorrer ainda neste semestre.

De acordo com a diretora do Núcleo de Distribuição – NDI, Ana Carla Marques dos Santos Belmiro, “a concentração de todo o protocolo de iniciais no Prédio Sede tornará mais fácil o acesso dos advogados”. A data em que vai ocorrer a mudança será informada em breve.

Sabia que você pode receber o andamento do seu processo por e-mail?

Basta acessar o *site* da Justiça Federal do Espírito Santo (www.jfes.jus.br) e se cadastrar no “Sistema Push”, dentro do campo “Acompanhamento Processual”.

O Sistema Push de Envio de E-mails é um serviço que oferece o envio automático por e-mail de informações sobre movimentações de processos toda vez que houver o cadastro ou a alteração de movimentações.



SECOM
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO